



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2020

Março/2021

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
DESTAQUES 2020	3
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	5
2. INDICADORES	13
ENSINO	13
PESQUISA	24
EXTENSÃO	25

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de sintetizar e apresentar os resultados do processo de autoavaliação institucional estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados. O processo de autoavaliação visa promover a melhoria contínua da qualidade e o incremento da eficácia institucional, acadêmica e social do Programa.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Escola de Governo: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição Pública Federal – Escola de Governo

Estado: DF Município: Brasília

Atos do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (credenciamento *lato sensu* por 5 anos), Portaria MEC nº 666, de 22/5/2017 (credenciamento *lato sensu* por 8 anos) e Portaria MEC nº 1331, de 8/11/2012 (credenciamento *stricto sensu*).

Gestores responsáveis: Juliana Werneck de Souza (Diretora do Cefor) e Fabiano Peruzzo Schwartz (Coordenador do Programa de Pós-Graduação).

Endereço eletrônico: www.camara.leg.br/posgraduacao

E-mail: copos.cefor@camara.leg.br

DESTAQUES 2020

O ano de 2020 foi marcado pelas exigências e transformações decorrentes da pandemia de Covid-19. Em 11/3, o Decreto 40.509, publicado em edição extra do Diário Oficial do DF, suspendeu as aulas em escolas públicas e privadas no Distrito Federal, localidade em que se situa o Cefor. Mesmo com a previsão de suspensão temporária, a Coordenação de Pós-Graduação agiu com o objetivo de encontrar soluções que pudessem se tornar definitivas considerando a perspectiva dúbia da pandemia naquele momento. Em 12/3, a primeira aula no novo formato virtual aconteceu sem necessidade de interrupção do calendário acadêmico. Durante todo o ano foram realizadas aulas, bancas de qualificação e defesa, eventos e outras atividades de forma remota, sem prejuízo do calendário originalmente programado.

Paralelamente aos esforços de adaptação a essa nova realidade, o Programa de Pós-Graduação continua em etapa de revisão de sua estrutura curricular em relação aos cursos de *lato* e *stricto sensu*. Em 2018, a Resolução do Ministério da Educação CNE/CES nº 1 priorizou diretrizes mais abrangentes, estabeleceu critérios para criação de cursos *stricto sensu* a distância, desburocratizou fluxos e criou novas perspectivas de cursos *lato sensu*. Entre as alterações, merece destaque a possibilidade de os programas *stricto sensu* converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no mestrado, mediante o cumprimento de requisitos estabelecidos em regulamento.

Em 2019, o Programa de Pós-Graduação encaminhou proposta de atualização do seu Regimento, na qual busca reestruturar seus órgãos colegiados de forma a atender crescentes demandas acadêmicas com mais agilidade e eficiência. Há, nesse contexto, a previsão de

oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com alcance, inclusive, para o público externo. Dessa forma, é possível atender aos anseios da sociedade e cumprir os objetivos institucionais de desenvolvimento e educação em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos, em consonância com a proposta de reforma administrativa em curso na Câmara dos Deputados. Cabe observar que a cada ano aumenta o número de alunos especiais matriculados nas disciplinas do Mestrado, os quais serão beneficiados com essa possibilidade.

O Plano Estratégico do Programa, estabelecido para o período 2017-2020, é avaliado e revisto ano-a-ano, adequando-se aos desafios do cenário institucional e às demandas da sociedade.

Em 2020, destacam-se as seguintes ações nas vertentes de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Programa:

- Adaptação imediata da modalidade de oferta das disciplinas do Mestrado, que passaram a ser realizadas a distância em decorrência da pandemia da Covid-19. Essa mudança exigiu grande capacidade de adaptação de professores e alunos, e foi avaliada como resposta positiva às condições impostas no período. As demais atividades do Programa também foram adaptadas e ocorreram de forma virtual, como as bancas de qualificação e defesa e os eventos de circulação do conhecimento.
- Realização de 29 bancas de defesa de trabalhos de conclusão do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com a consequente formação de mestres na área de concentração do curso que constitui a pluralidade do saber e do fazer legislativo. Dessas bancas, 25 (86%) foram realizadas virtualmente, devido às emergências da pandemia da Covid-19.
- Titulação do 100º Mestre em Poder Legislativo, chegando ao final de 2020 com 103 egressos do Mestrado.
- Realização do processo seletivo para aluno regular do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, de acordo com a nova configuração com adequação da distribuição de orientandos por docente e definição de temáticas apropriadas para os projetos de pesquisa, de forma a considerar o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos e os respectivos impactos regional e institucional. O processo contemplou também a igualdade de condições de participação para servidores do Senado e demais instituições com as quais a Câmara dos Deputados tem acordo de cooperação, com ampliação da inserção social do curso. Algumas etapas foram realizadas a distância devido à pandemia da Covid-19. Ao final, foram aprovados 19 alunos regulares para a turma 2021 do Mestrado.
- Crescimento substantivo da quantidade de alunos especiais matriculados nas disciplinas optativas oferecidas pelo Mestrado. O aumento da quantidade de alunos especiais matriculados em 2020, em comparação a 2019, foi de 31%.
- Conclusão do Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União, por meio das suas escolas de governo, atendendo a 42 alunos das casas promotoras e de outras instituições do Poder Executivo federal. As bancas de defesa foram realizadas virtualmente. Concluíram o curso 9 servidores da Câmara dos Deputados.
- Lançamento do edital de seleção de alunos para o Curso de Especialização em Orçamento Público, com 50 vagas para servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, da Câmara Legislativa do DF e do Ministério da Defesa. O curso é promovido pelo Senado e conta com a parceria da Câmara dos Deputados na seleção de alunos e no custeio de atividades.
- Estabelecimento de parcerias com a Universidade de Salamanca (Espanha) e com a American University (EUA) para cooperação técnico-científica em atividades de ensino, pesquisa e extensão, com possibilidades de implantar projetos conjuntos de pesquisa,

execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional, oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos, visitas de pesquisa e atividades de extensão.

- Participação de aluna titulada doutora em Ciência Política no doutorado interinstitucional oferecido pelo Cefor em parceria com o IESP/UERJ, como finalista do prêmio Jabuti, na categoria “Ciências Sociais”, com o livro “O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro”, resultante da sua tese de doutorado.
- Aprovação do Regulamento do Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do pensamento científico, com uso da investigação e pesquisa acadêmico-científica, desenvolvida por alunos de graduação junto a docentes do Programa.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão preparar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância, nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo.

OBJETIVO

Promover a formação e a qualificação de pessoas nas áreas do saber legislativo, em nível da pós-graduação, bem como fomentar e disseminar a produção de conhecimento sobre o Legislativo.

ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão e seu objetivo, o Programa de Pós-Graduação possui orientação para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) voltados ao público interno, ao servidor público e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos. Na vertente da extensão, é relevante a atuação na promoção de eventos de circulação do conhecimento, como as Jornadas de Pesquisa e Extensão, o Ciclo de Palestras e o Ciclo de Oficinas, bem como em publicações em periódicos científicos, com destaque para a Revista E-Legis, do Programa, classificada com Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Programa de Pós-Graduação tem vocação abrangente e seus impactos institucionais, pela natureza da atividade legislativa, se constituem em contribuições para políticas públicas e estratégias corporativas na esfera federal, com desdobramentos nos âmbitos estadual, municipal e internacional. Para concretizar essa vocação, foram definidas as seguintes diretrizes:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover mudanças e colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância econômica e social da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.

O Plano Estratégico do Programa de Pós-Graduação do Cefor, período 2017-2020, está disponibilizado na página (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>).

AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), órgão de desenvolvimento de pessoas da mantenedora Câmara dos Deputados. Em decorrência, mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da Casa, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas e bom nível de acessibilidade universal para realização de suas atividades, com espaços e equipamentos preparados para atendimento à comunidade acadêmica. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo principalmente dos espaços de atuação política e da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

INSERÇÃO SOCIAL

O Programa de Pós-Graduação, por suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de produção e disseminação do conhecimento inerente ao Poder Legislativo, atuando sistematicamente na educação legislativa continuada como um processo de desenvolvimento pessoal, de preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. As ações de educação, pesquisa e extensão contribuem para trazer à reflexão questões relativas à agenda do Legislativo, aos anseios e à participação da sociedade, à transparência e fiscalização dos atos públicos, à qualidade das leis, à educação política e ao aperfeiçoamento da gestão, entre outras.

A comunidade acadêmica do Programa participa ativamente da atividade política, acarretando repercussões na sociedade. Os discentes atuam em diversas áreas, levando os conhecimentos adquiridos e discutidos no âmbito acadêmico para a administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Como exemplo ilustrativo, a egressa Rose Mirian Hofmann, titulada em 2020, assumiu a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia. Um caso que ilustra o reflexo das pesquisas do programa na sociedade é o aplicativo “Monitora, Brasil!”, desenvolvido com a participação de um dos egressos do Mestrado, cujo trabalho abordou os dados governamentais abertos. O aplicativo “Monitora, Brasil!” é uma ferramenta gratuita que possibilita a qualquer pessoa pesquisar e monitorar o trabalho de Deputados Federais e Senadores. No período eleitoral de 2018, ganhou ampla divulgação em jornais e sites, chegando a mais de cem mil *downloads*.

Ainda com foco na criação de produtos voltados ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e ao desenvolvimento da sociedade, o Programa de Pós-Graduação passou a adotar diversas modalidades de trabalhos de conclusão de curso para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, além da tradicional dissertação. O objetivo é incentivar discentes e docentes a apresentarem formatos diferenciados, como *softwares*, materiais didáticos e até Projetos de Lei (categorizado como projeto técnico). Essa iniciativa despertou maior interesse na diversificação das pesquisas e do produto final do curso, como, por exemplo, o robô digital

Ulysses que usa inteligência artificial para a tradução de textos legislativos, fruto de trabalho de conclusão do Eduardo Antônio Mello Freitas. Já como mestre, passou a integrar equipe da Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar e, hoje, é doutorando em Ciências da Complexidade sob a cotutela do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Universidade de Lisboa.

Uma forma bastante efetiva de inserção local, regional e nacional, que vem apresentando grande crescimento, é a oferta de vagas nas disciplinas do Mestrado a alunos especiais, num espectro de temáticas que abrange a administração pública e práticas de gestão no Legislativo, passam pela avaliação de políticas públicas e pela teoria política com aplicação ao Legislativo, alcançando a democracia digital e formas de integração entre o parlamento e a sociedade. O aluno especial é qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro com diploma de nível superior, que pode cursar gratuitamente as disciplinas optativas que dispuserem de vagas não preenchidas por alunos regulares. No quadriênio 2017-2020 o Mestrado superou sucessivos recordes de inscrições de alunos especiais. Ao todo, 526 candidatos da Câmara, do Senado, de outros órgãos públicos e da comunidade em geral se matricularam nas disciplinas oferecidas.

Parcerias estratégicas

A perspectiva de inserção social do Programa se reforçou em 2020 com a continuidade das ações de parceria com escolas de governo como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse âmbito, merece destaque o acordo de cooperação firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), para a promoção, entre 2018 e 2019, do primeiro Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, dirigido a servidores do Poder Legislativo e de outros órgãos públicos do país.

Outra ação de parceria estratégica entre Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União, por meio das suas escolas de governo, foi a realização do Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas entre 2018 e 2020, atendendo a alunos das casas promotoras e de outras instituições do Poder Executivo federal.

No final de 2020 foi lançado o edital de seleção de alunos para o Curso de Especialização em Orçamento Público, com vagas previstas para servidores do Senado, da Câmara dos Deputados, do TCU, da Câmara Legislativa do DF e do Ministério da Defesa. As aulas serão iniciadas em abril de 2021.

Ainda no sentido de ampliação das parcerias, foi promovida a igualdade de condições entre candidatos de instituições parceiras e da Câmara dos Deputados no processo seletivo para aluno regular do Mestrado.

Acordos de cooperação técnico-científica, cultural e educacional vigentes no quadriênio envolvendo a Câmara dos Deputados e as instituições Senado Federal, TCU, Presidência da República, CLDF, ESAF, Polícia Civil do DF, Ministério Público do DF, Confederação Nacional da Indústria, Conselho Nacional do Ministério Público, Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e Instituto Presbiteriano Mackenzie visaram, de forma geral, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências, instalações e tecnologias para o desenvolvimento de recursos humanos. Parceria com o IESP-UERJ permitiu a realização, entre 2014 e 2018, do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), com titulação de 13 servidores efetivos da Câmara dos Deputados.

Vários outros acordos para promoção de cooperação educacional e técnico-científica foram celebrados, como o estabelecido com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), com organizações do terceiro setor e outras instituições. Em 2020, parceria firmada com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) possibilitou ao Programa colaborar com a

instituição para promoção de estudos em políticas públicas e fomento da produção de conteúdo no meio acadêmico, com vistas a contribuir para o desenvolvimento e planejamento de ações estratégicas para os gestores públicos.

Como resultado das tratativas em curso desde 2018 entre a Coordenação de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados e a Universidade de Salamanca, na Espanha, as duas instituições acordaram, em 2020, protocolo de cooperação técnico-científica em atividades de ensino, pesquisa e extensão, com celebração do contrato prevista para 2021. Dessa forma, abre-se caminho para estabelecer a cooperação e a colaboração em projetos conjuntos de pesquisa, execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional, oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos, visitas de pesquisa e atividades de extensão. Espera-se que a parceria avance no sentido da oferta futura de cursos e disciplinas bilíngues, ação que faz parte do planejamento do Programa.

Nos mesmos termos estabelecidos com a Universidade de Salamanca, firmou-se acordo com a American University, sediada no centro político e de poder dos Estados Unidos, Washington - DC, reconhecidamente ligada a temas relacionados à Ciência Política e Administração Pública.

O Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen) etc. Essa parceria, formalizada em protocolo de cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos e outras ações.

Educação para a democracia

Com foco em diversos segmentos da sociedade brasileira, a Coordenação de Educação para Democracia (Coede) do Cefor desenvolve ações que visam ao letramento político dos cidadãos. Essas ações são configuradas em vários programas presenciais e remotos, tais como o Parlamento Jovem Brasileiro, o Estágio-Visita de Curta Duração, a Escola na Câmara, o Estágio Cidadão, o Missão Pedagógica no Parlamento, o Estágio Participação e a Oficina de Atuação no Parlamento.

Além dos programas presenciais, a Coede ainda faz a curadoria de objetos de aprendizagem para o Portal EVC (www.camara.leg.br/evc) – onde a educação vira cidadania, cujo propósito é fortalecer os valores democráticos e o exercício pleno da cidadania, favorecendo o desenvolvimento de comunidades que se sustentem na garantia dos direitos humanos, na convivência cidadã e na participação política consciente. A educação para democracia se dá por meio de diversificadas metodologias, integrando práticas e valores relacionados à representação política e ao processo legislativo na Câmara dos Deputados. A EVC é uma plataforma educativa com a premissa de possibilitar navegação interativa, fluida e com total acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva, com alguns temas como: “Inclusão, educação e trabalho”; “O papel das leis”; “Participação política”; e “Como criar uma Procuradoria da Mulher nas Casas Legislativas”. Além do acesso a todo o conteúdo, docentes, discentes e egressos têm seus trabalhos divulgados na série “Publicações e estudos”, que disponibiliza levantamento do material acessível na Câmara dos Deputados sobre um tema específico, incluindo artigos publicados na Revista E-Legis e trabalhos acadêmicos. Outros produtos da EVC são a série “O que é”, um dicionário político virtual - em formato de vídeos com até 5 minutos - com explicações, exemplos e curiosidades sobre política, “Próximas eleições – O que muda”, explicando as alterações eleitorais que entraram em vigor em 2018 e orientações sobre eleições municipais. Os conteúdos podem ser acessados também pelo Youtube. Esse ambiente obteve 9.854 novos seguidores em 2020.

Educação a distância

Os professores e alunos contam com o apoio da Coordenação de Educação a Distância do Cefor, que disponibiliza a plataforma Eleve (ambiente customizado do Moodle) como apoio às atividades presenciais. A plataforma funciona como sala virtual, possibilitando interações síncronas (por webconferências e/ou chats) e assíncronas (por meio de fóruns e mensagens); biblioteca digital que suporta conteúdos em texto, áudio e vídeo; wikis, blogs, cadernos virtuais etc. Por meio da plataforma, o aluno e o professor têm acesso a outros cursos e programas autoinstrucionais que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado e das especializações, como Accountability Política, Cerimonial e Protocolo Parlamentar, Gênero e Atuação Legislativa e Papel do Legislativo, Papel do Cidadão entre outros (www.camara.leg.br/ead). A plataforma também foi utilizada com sucesso na realização da etapa de provas discursivas do processo seletivo para alunos regulares para a turma 2021 do Mestrado. O Eleve, em 2020, teve 527.450 visualizações e, especificamente focando na Pós-Graduação, foram 21.870 acessos e 645 visualizações durante as lives desse ano.

INFRAESTRUTURA

Instalações físicas

O Cefor está instalado na área do Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, ligado à Casa por meio de transporte gratuito e regular, e com espaço próprio para receber educandos, educadores, servidores e demais cidadãos. No prédio, estão disponíveis cinco salas de aula, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador do docente, ar-condicionado e apontador automático de lápis, sendo uma com capacidade para 50 alunos, três com 30 lugares e uma para grupos de 16 discentes. O Cefor também possui três laboratórios de informática: duas salas com capacidade para 12 alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos. Os laboratórios são equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para docente e alunos, conectados à Internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado. O prédio do Cefor dispõe de acesso à Internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes. Estão instalados, nos computadores dos laboratórios de informática, o pacote Microsoft Office Professional e os programas R, RStudio, XMind e CorelDraw (Adobe).

O Cefor também possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência. Há, ainda, duas salas multiuso, usadas para reuniões, cursos e trabalhos que necessitem de metodologias colaborativas e inovadoras. Com design leve e versátil, o mobiliário conta com mesas projetadas para se adaptar às constantes mudanças dos espaços educacionais. As salas dispõem de um computador e são também usadas para estudos, para a orientação de alunos da pós-graduação, para interações de grupos de pesquisa e para reuniões da comissão própria de avaliação.

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m² ao ar livre, iluminada e climatizada com cascata, para a realização de atividades como reuniões, oficinas, socialização e integração. O Cefor dispõe de dois geradores de energia com autonomia de 30 horas. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para café da manhã, almoço e lanches, além de copa/refeitório com 14 lugares. Possui, também, um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

Como órgão integrante da estrutura da Câmara dos Deputados, o Cefor conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m², com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Auditório Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc. Ressaltam-se os serviços de Eventos e Cerimonial e de Áudio e Vídeo, que dão suporte aos eventos de maior porte, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social que, com os veículos

de rádio, TV e jornalismo, contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

A Coordenação de Pós-Graduação, com 13 servidores efetivos, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para atendimento à comunidade acadêmica e para uso administrativo, 14 microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser, sendo uma com impressão colorida e outra monocromática, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados.

Para melhor acesso da comunidade acadêmica e da sociedade, o Programa de Pós-Graduação reformulou seu site nos anos de 2018 e 2019 (www.camara.leg.br/posgraduacao), e mantém constante atualização de informações. A página, hospedada no portal da Câmara dos Deputados, passou por reestruturação com o objetivo de organizar as seções de acordo com os interesses dos públicos-alvo, facilitar o acesso a documentos e informações relevantes e informar sobre as atividades desenvolvidas no Programa. O portal tem acessos para os cursos, pesquisa acadêmica, publicações (revista eletrônica E-Legis e livros editados), eventos, avaliação institucional, normas e regulamentos, além de links de interesse e formas de contato.

Biblioteca

A Biblioteca Pedro Aleixo (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca>) integra o Centro de Documentação e Informação (CEDI) e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem direito ao dobro do prazo e da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela Unesco, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo de pós-incipuábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados.

O CEDI dispõe, também, de serviço de pesquisa sobre proposições e processo legislativo (legislação), atuação parlamentar (livros e artigos) e documentos das constituintes, fornecendo a servidores da Casa e alunos do Programa, quando solicitado, cópias de artigos e trechos de livros, respeitados os limites estabelecidos em normas específicas.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os procedimentos e instrumentos adotados pelo Programa fazem parte do conjunto de ações da Política de Autoavaliação instituída e seguem os critérios estabelecidos pelo INEP para avaliação de escolas de governo com vistas à oferta de cursos de especialização e pela Capes para avaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Esse modelo tem sido desenvolvido, aplicado e aperfeiçoado desde 2005, quando as primeiras ações iniciaram pelo levantamento dos perfis das turmas e avaliação das disciplinas. Atualmente são realizadas as seguintes etapas: avaliação de disciplinas, avaliação de egressos, avaliação de impacto e adequação dos TCCs, avaliação da produção docente e discente, e escuta exploratória.

O Cefor possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é o órgão colegiado de autoavaliação formalmente designado, com cronograma de ação e alocação de recursos, instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, e que tem composição abrangente contemplando os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com representantes do Cefor, do corpo docente, do corpo discente, dos egressos, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/comissao-propria-de-avaliacao-cpa>).

Paralelamente ao processo de adaptação dos cursos e demais atividades frente à emergência sanitária da Covid-19, o Programa dedicou o ano de 2020 ao aprimoramento do processo de avaliação interna com o propósito de identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, definir indicadores e verificar se os objetivos estão sendo alcançados, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica.

As principais ações realizadas durante o ano de 2020 foram:

- Instituição do processo de escuta exploratória, com a promoção de conversas dirigidas com a alta administração da Câmara dos Deputados, a fim de estabelecer ações e metas alinhadas aos objetivos institucionais e identificar expectativas quanto à formação dos servidores, em seus diversos segmentos.
- Avaliação de egressos do Mestrado, incluindo extrato Lattes de produção acadêmica, comunicação periódica por meio de newsletter, rede no LinkedIn e formulário eletrônico de avaliação (*survey*) abrangendo questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. Nesse âmbito, realizou-se mais uma edição do encontro bianual (evento denominado “Ampliar”) com reunião de egressos, docentes, alunos regulares e especiais para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas.
- Avaliação da produção docente e discente do Mestrado, abrangendo as dimensões da produção técnico-científica, da docência e da orientação, por meio da verificação e pontuação da produção monitorada pela ferramenta Extrato Lattes, que consolida os indicadores de desempenho. Um dos objetivos é o reenquadramento de professores permanentes e colaboradores, conforme previsto em regulamento próprio.
- Avaliação de impacto e adequação dos trabalhos de conclusão do Mestrado, com vistas à análise de aderência às linhas de pesquisa propostas, com geração de relatório que subsidia decisões relativas ao processo seletivo de alunos regulares, paralelamente à aplicação a gestores da Câmara dos Deputados de questionário proposto pela área de avaliação da Capes para levantamento de impacto e relevância do TCC para a instituição e para a sociedade.
- Avaliação de disciplinas do Mestrado com base em três dimensões de avaliação: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação do docente. Os resultados são monitorados pela Coordenação e comparados com as avaliações de semestres anteriores. Variações bruscas no desempenho dos docentes ou nos itens de

qualidade da disciplina são objeto de reunião com os respectivos professores para a tomada de ações corretivas.

- Avaliação sobre a alteração das aulas presenciais do Mestrado para aulas a distância, com utilização da ferramenta Zoom, devido à pandemia da Covid-19. Alunos e professores avaliaram como positiva a adoção das aulas virtuais e como uma boa solução para o momento de emergência, mesmo sem propiciar substituição completa em relação à modalidade presencial.

A partir da próxima página são apresentados os indicadores de desempenho relativos às três vertentes de atuação do Programa: ensino, pesquisa e extensão.

2. INDICADORES

ENSINO

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas do saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social. Especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo, são estudadas três linhas de pesquisa: 1) Gestão Pública no Poder Legislativo; 2) Processos Políticos do Poder Legislativo; 3) Política Institucional do Poder Legislativo. Na Tabela 1 são apresentados os principais indicadores.

Tabela 1: Principais indicadores - Ensino
2005 - 2020

Quantidade de cursos/turmas (2005-2020)	38
- Cursos/turmas <i>lato sensu</i>	27
- Cursos/turmas <i>stricto sensu</i>	11
Alunos regulares (2005-2020)	965
Egressos dos cursos <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> (2005-2020)	869
Egressos do Mestrado (2013-2020)	103
Alunos especiais (2005-2020)	1.226

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos *lato* e *stricto sensu*, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Oferta de Cursos do Programa



Até o final de 2020, o Programa realizou 38 cursos/turmas (considerando novos cursos, edições de cursos já ofertados ou turmas de cursos regulares, como o Mestrado), com entrada de 965 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 869 alunos regulares, incluindo 103 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Além desses, houve a entrada de 1.240 alunos especiais, sendo quase a totalidade (99%) no Mestrado.

A Tabela 2 relaciona os cursos realizados, a quantidade de alunos regulares que ingressaram e que concluíram seus cursos, e de alunos especiais.

Tabela 2: Cursos realizados pelo Programa, quantidade de alunos e de egressos 2005 - 2020

Curso	Regime	Quant. turmas	Quant. alunos regulares	Quant. egressos	Quant. especiais
Mestrado Profissional em Poder Legislativo <i>*3 turmas em andamento</i>	Próprio	8	127	103	1.226
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	6	178	170	-
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111	100	-
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59	52	-
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30	28	-
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21	21	-
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	Próprio	2	39	30	14
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	Próprio	1	30	27	-
MBA em Governança Legislativa	Próprio	2	57	53	-
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	3	100	85	-
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33	33	-
Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos	Parceria	1	38	31	-
Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (APP)	Parceria	1	42	42	-
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25	25	-
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30	26	-
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - IUPERJ	Contratado	2	30	30	-
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) – IESP-UERJ	Contratado	1	15	13	-
Total		38	965	869	1240

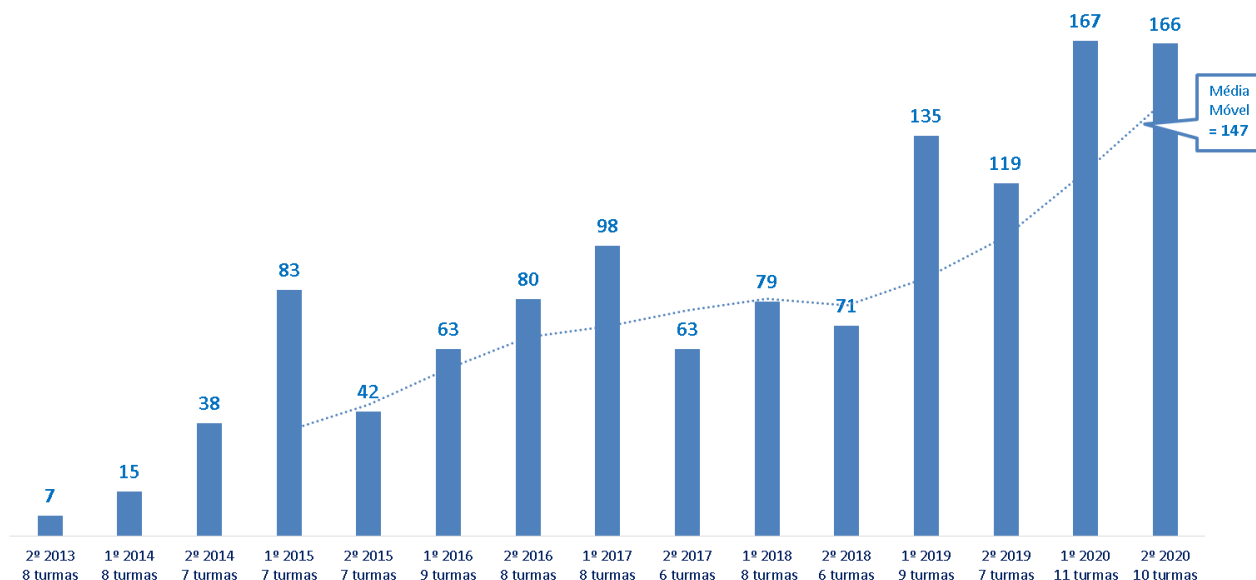
No Mestrado, merece destaque o crescimento substantivo da quantidade de alunos especiais matriculados nas disciplinas optativas oferecidas a cada semestre, mantendo-se, nos últimos quatro semestres, acima da média móvel de ingressos. O crescimento da quantidade de alunos especiais matriculados em 2020, em comparação a 2019, foi da ordem de 31%.

Essa modalidade possibilita, ao possível interessado em se tornar aluno regular, conhecer a estrutura do curso, contatar professores e orientadores e acumular créditos para posterior aproveitamento. Além disso, proporciona ao Programa o alcance de um público mais amplo, com a recepção de alunos de diversos segmentos da sociedade.

Com a realização de aulas a distância em decorrência da pandemia da Covid-19, abriu-se a possibilidade, para vários interessados que não residem no DF, de se matricularem e cursarem disciplinas como aluno especial. Em 2020, o Mestrado recebeu alunos de várias casas legislativas e governos estaduais e municipais, assim como de instituições de ensino e de segmentos diversos baseadas em outros estados.

A quantidade de matrículas de alunos especiais, por semestre letivo, com a informação da quantidade de disciplinas ofertadas e média móvel de quatro semestres, está apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantidade de alunos especiais matriculados no Mestrado 2013 - 2020



A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, resultante da regularidade da oferta, sugere que o Programa está consolidado no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo e em outras instâncias de governo, bem como para a sociedade em geral.

ÍNDICE CANDIDATO/VAGA

Os cursos oferecidos pelo Programa são abertos à participação tanto de servidores da Câmara dos Deputados quanto de outros interessados, sejam ou não vinculados a instituições públicas ou privadas. As regras são definidas em edital específico para o processo seletivo de cada curso.

A demanda praticamente constante pela formação em nível de pós-graduação parece indicar o interesse de servidores públicos da Câmara dos Deputados e de outras instituições

por maior qualificação profissional e acadêmica. A Tabela 3 apresenta o índice candidato/vaga para os cursos de especialização (*lato sensu*) e para o Mestrado (*stricto sensu*).

Tabela 3: Índice candidato/vaga
2005 - 2020

Cursos de especialização próprios/parceria (2005-2020)	1,85 (DP = 1,27)
Mestrado (2013-2020)	2,06 (DP = 0,43)

Lato Sensu

O índice de 1,85 (desvio padrão = 1,27) candidatos por vaga refere-se aos cursos de especialização próprios e em parceria ofertados desde 2005, quando do início do Programa. Até 2020 foram realizados 25 cursos de especialização próprios e em parceria, com média de 30 vagas abertas em cada um.

O curso que apresentou índice mais elevado foi a 1ª edição da Especialização em Processo Legislativo (2005-2006), com 6,46 candidatos por vaga. Essa procura elevada não se repetiu nas edições posteriores, em função da oferta constante ao longo dos anos. O curso com menor índice foi a Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (2018-2020), realizado em parceria com o Senado e o TCU, com 0,92 candidatos para as vagas destinadas à Câmara dos Deputados.

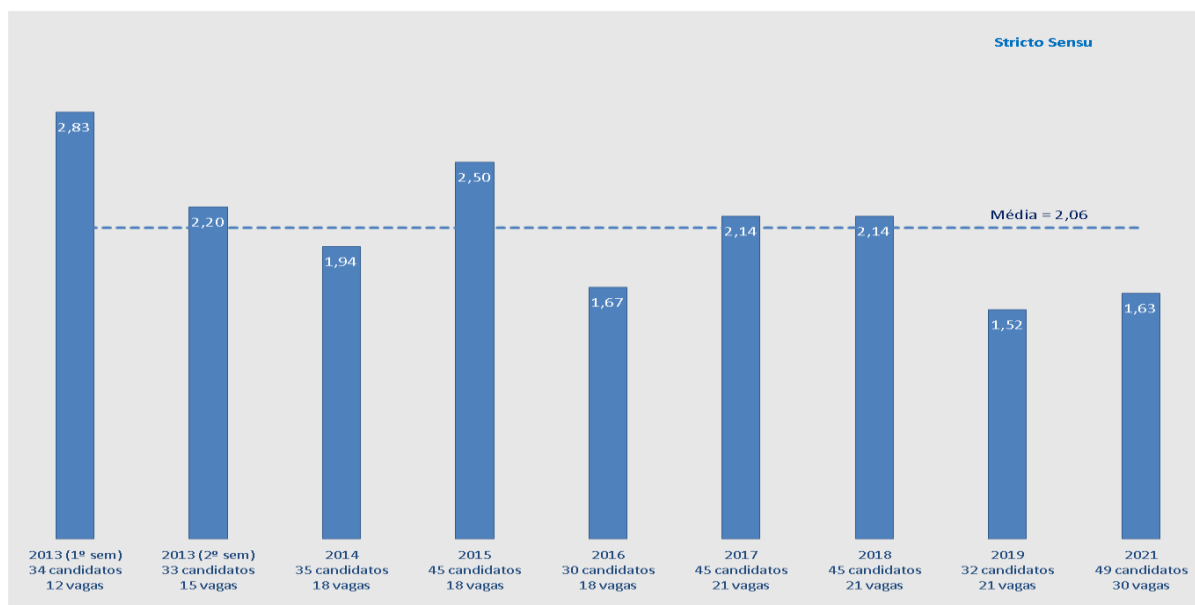
A média dos cursos de especialização realizados nos últimos cinco anos foi de 1,65 candidatos por vaga. Nesse período foram realizados cinco cursos próprios, sendo dois em parceria com outras instituições como o Senado e o TCU.

Stricto Sensu

O índice das nove turmas do Mestrado é de 2,06 candidatos por vaga (desvio padrão = 0,43). Em função da pandemia da Covid-19, em 2020 foram selecionados candidatos para a turma ingressante em 2021. Nesse processo foram abertas 30 vagas, a maior quantidade de todas as turmas. Inscreveram-se 49 candidatos, gerando índice de 1,63, superior ao do processo anterior (2019),

O resultado do índice relativo ao Mestrado é apresentado no Gráfico 2, por ordem cronológica de oferta das turmas.

Gráfico 2: Índice candidato/vaga do Mestrado
2013 - 2020



ÍNDICE DE EVASÃO

O índice de evasão leva em consideração as desistências e desligamentos dos alunos regulares matriculados após iniciados os cursos.

Tabela 4: Índice de evasão
2005 - 2020

Cursos de especialização (2005-2020)	9,3%
Mestrado – alunos regulares (2013-2020)	7,9%

Considerando alunos regulares de todos os cursos de especialização (próprios e contratados), o índice de evasão é de 9,3%, mantendo-se abaixo da média histórica do Programa, que é de 9,4%. A maior parcela dos casos de evasão nos cursos de especialização se dá por reprovação final ou desistências durante o curso por motivos pessoais.

No Mestrado, o índice de evasão de alunos regulares é inferior (7,9%), representado, principalmente, por aqueles que abandonam o curso por iniciativa própria decorrente de incompatibilidade de tempo em relação às atividades do trabalho ou por reprovação em disciplinas.

Na Tabela 5 é apresentado o fluxo de alunos regulares de todas as turmas do Mestrado, com exceção da turma 2020, já que não houve entrada de alunos devido à postergação do processo seletivo em função da pandemia da Covid-19.

Tabela 5: Fluxo de alunos regulares do Mestrado
2013 - 2020

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Consolidado
Entradas	12	15	16	18	12	21	21	127
Interrupções	1	2	4	3	0	0	0	10
Egressos	11	13	12	15	12	21	18	103
Ativos	0	0	0	0	0	3	11	14

TEMPO DE CONCLUSÃO

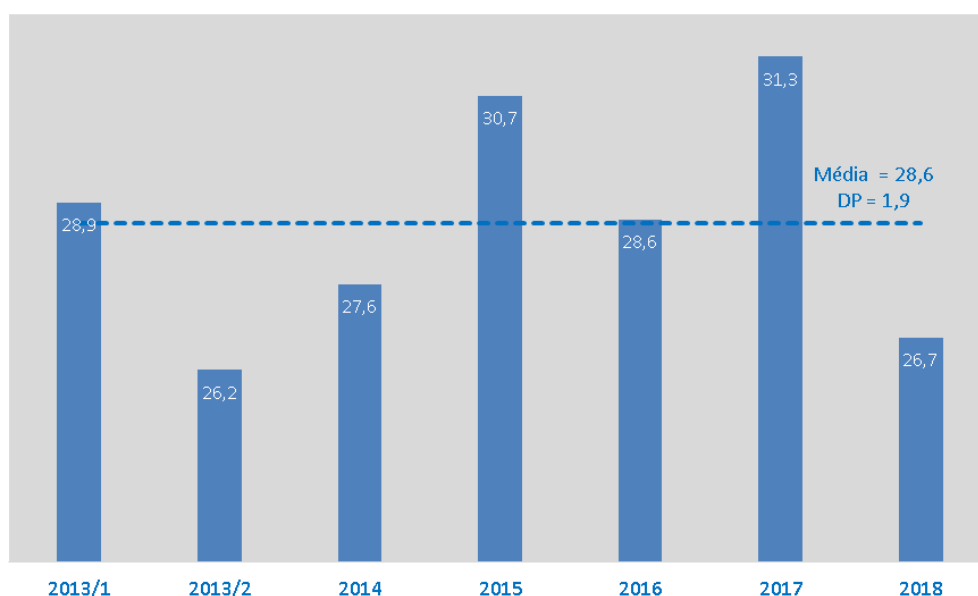
O Regimento do Mestrado Profissional em Poder Legislativo estabelece que o aluno deve concluir o curso no prazo de dois a cinco semestres.

O prazo médio de conclusão das turmas do Mestrado que tiveram a maior parte dos alunos concluintes (turmas 2013 a 2018) alcançou o índice de 28,6 meses (desvio padrão = 1,9), que é correspondente a um período entre quatro e cinco semestres.

As turmas 2015 e 2017 ultrapassaram, em tempo médio, o prazo de conclusão de até 5 semestres. Os índices relativos a essas turmas sofreram impacto do trancamento de curso por um semestre realizado por um aluno da turma 2015 e por oito alunos da turma 2017. Além disso, os alunos da turma 2017 que ainda não haviam concluído o curso tiveram seus prazos prorrogados por até três meses, por decisão do Colegiado do Mestrado, com base na Portaria/CAPES n. 55/2020, que estendeu, em caráter excepcional, os prazos em decorrência da pandemia da Covid-19.

O Gráfico 3 apresenta o tempo médio de conclusão (em meses) das turmas do Mestrado.

Gráfico 3: Tempo médio, em meses, de conclusão de curso do Mestrado 2013-2019



Os cursos de especialização, por possuírem cronograma pré-definido e estrutura curricular programada para todos os alunos, possuem prazo médio de conclusão único, em torno de 18 meses.

PERFIL DOS ALUNOS – LATO SENSU E STRICTO SENSU

Tabela 6: Principais indicadores – perfil dos alunos 2005 - 2020

Sexo (2005-2020)	
- Feminino	48%
- Masculino	52%
Idade média - em anos (2005-2020)	
	38,6
Participação de servidores da Câmara dos Deputados nos cursos (2005-2020)	
	75%
Participação de servidores efetivos entre os alunos da CD (2005-2020)	
	76%
Tempo médio de trabalho nas respectivas instituições - em anos (2005-2020)	
	7,9

Tendo em vista que não houve entrada de novos alunos regulares em 2020, o perfil não sofreu alterações em relação aos dados de 2019. Pequena maioria dos alunos regulares dos cursos *lato* e *stricto sensu* do Programa continua sendo do sexo masculino (52%), com ligeira aproximação da quantidade de discentes do sexo feminino em relação aos anos anteriores.

A idade média das turmas é de 38,6 anos, alinhando-se ao padrão dos anos anteriores. Já a idade média dos alunos do Mestrado (37,6 anos) é inferior à dos alunos dos cursos de especialização (39,1 anos).

A maior parte dos alunos é servidor da Câmara dos Deputados (75%). Essa participação vem reduzindo ligeiramente em virtude da realização de dois cursos de especialização em parceria (ILANUD e APP), com a entrada de alunos de várias instituições públicas. Outro fator é a crescente participação de alunos externos no Mestrado, que tem

média de 27% de alunos que não trabalham na Câmara dos Deputados, percentual que atingiu 33% em três turmas anteriores (2016, 2018 e 2019).

Dentre os alunos servidores da Câmara dos Deputados, 76% são servidores efetivos. Os demais são cargos de livre provimento, sendo 14% secretários parlamentares (SPs) e 10% ocupantes de cargo de natureza especial (CNE), representando a relevante quantidade de 177 alunos dessa categoria que participaram de cursos de pós-graduação financiados pela Câmara dos Deputados.

Os alunos externos pertenciam, principalmente, às instituições que mantinham acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados quando da realização dos cursos, tais como: Advocacia Geral da União (AGU), Câmara Legislativa do DF (CLDF), Controladoria Geral da União (CGU), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Senado Federal (SF) e Tribunal de Contas da União (TCU). Há participação de alunos de entidades representativas, como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e a Federação das Indústrias do Estado de SP (Fiesp). Como os cursos são abertos à comunidade, há presença de alunos ligados a diversas instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em nível federal e estadual, bem como de alunos de empresas privadas, partidos políticos ou sem vínculo empregatício. No Mestrado é relevante a presença de alunos regulares servidores do Senado, representando 71% do contingente de alunos externos à Câmara dos Deputados.

A média de tempo de trabalho dos alunos nas suas respectivas instituições vem decrescendo. Em 2013 era de 9,5 anos, caiu em 2014 para 8,2 anos, e mais ainda em 2015, para 8 anos, mantendo-se nesse patamar em 2016. Em 2017 caiu mais um pouco, para 7,9 anos, repetindo o mesmo tempo médio em 2018 e em 2019. A turma do Mestrado que iniciou em 2019 tem tempo médio de trabalho de 7,8 anos.

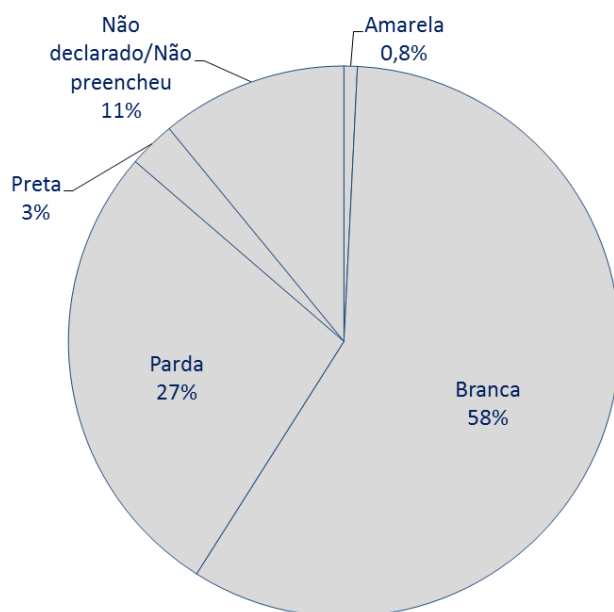
Na Câmara dos Deputados, a maioria dos alunos (63%) atuava na área legislativa, que reúne as unidades ligadas à Mesa Diretora da Casa e à Secretaria-Geral da Mesa. Esses alunos estavam lotados em órgãos como Lideranças, Gabinetes Parlamentares, nas diversas comissões vinculadas ao Departamento de Comissões (Decom), na Consultoria Legislativa, no Centro de Documentação e Informação (Cedi), nos órgãos da Mesa Diretora, na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre outros.

Já os alunos da área administrativa (37%), que reúne as unidades ligadas à Diretoria-Geral da Casa, estavam lotados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), na Secretaria de Comunicação Social (Secom), no Departamento Médico (Demed), no Centro de Informática (Cenin), no Departamento de Pessoal (Depes), no Departamento Técnico (Detec), entre outros.

O Programa atende a alunos com formação diversificada. Os cursos de graduação mais informados são Direito, Administração, Jornalismo, Contabilidade, Engenharia, Economia e Letras. Parcela correspondente a 14% dos alunos informaram possuir mais de um curso de graduação. A quantidade de alunos que já possuíam cursos de especialização chegou a 35%, enquanto 6% já tinham mestrado, indicando a atratividade do Programa a indivíduos com formação qualificada.

A partir de 2014 o Programa passou a solicitar a autodeclaração voluntária de raça/cor aos alunos ingressantes, como ação inserida no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. Conforme mostrado no Gráfico 4, a maior parcela dos alunos se declara como branco ou pardo. Não houve registro de autodeclaração como indígena.

Gráfico 4: Autodeclaração de raça/cor dos alunos
2014-2020



PRODUÇÃO DISCENTE

Os principais trabalhos e estudos apresentados pelos alunos em 2020 foram originados no Mestrado como trabalho de conclusão de curso (TCC).

A diretriz é que o produto final da pesquisa desenvolvida no Mestrado deve estar adequado às linhas de pesquisa do Programa, demonstrar elevada qualificação em estudos legislativos e contribuir para a resolução de problemas complexos na área de Poder Legislativo e, mais especificamente, na Câmara dos Deputados.

De forma ilustrativa, são apresentados abaixo três TCCs apresentados em 2020 que passaram por ampla avaliação qualitativa. Os trabalhos indicados representam a diversidade de temáticas incluídas nas linhas de pesquisa do Mestrado, a possibilidade de utilização de diferentes metodologias de pesquisa, a orientação do Programa para a experimentação de novas modalidades de TCC e o impacto social e em políticas públicas que as pesquisas conduzidas no Programa têm o potencial de gerar. Como produção derivada das pesquisas, ressalta-se a aplicação dos trabalhos na Câmara dos Deputados, em suas vertentes de prática profissional e impacto em políticas públicas, objetivo primário do Mestrado.

- **ORÇAMENTAÇÃO POR DESEMPENHO NO CONGRESSO NACIONAL:** incentivos institucionais e comportamento legislativo – apresenta estudo de caso que objetiva identificar e avaliar, com abordagem descritiva e exploratória, os espaços para o uso de informações de desempenho no processo legislativo orçamentário federal. O estudo revela caráter inovador ao encontrar uma lacuna na literatura nacional sobre pesquisas voltadas ao uso de informações de desempenho no processo orçamentário, principalmente no que diz respeito a sua utilização pelo Poder Legislativo. Como especialista em Orçamento Público há quinze anos, tendo sido servidor público em carreiras do Executivo, do Tribunal de Contas da União, do Senado Federal e, atualmente, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados, o discente foi capaz de identificar a necessidade da pesquisa acadêmica como forma de suprir as demandas e melhor orientar os trabalhos do Poder Legislativo em um momento em que a crítica legislativa sobre as intenções orçamentárias do Poder Executivo se faz crucial para a melhor condução de gastos públicos. Ao final da pesquisa, o discente indicou as

oportunidades de aperfeiçoamentos no sistema de incentivos em vigor na forma de 17 recomendações ao Congresso Nacional em prol da orçamentação por desempenho.

- **AVALIAÇÃO DO IMPACTO LEGISLATIVO DO PROJETO DE LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:** uma análise do potencial de simplificação dos procedimentos com a aplicação das novas regras – traz relatório técnico com o objetivo de avaliar o impacto legislativo do Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental, especificamente no que se refere à meta de conferir maior celeridade aos processos de licenciamento em âmbito federal. A experiência profissional da discente foi ponto de partida para a análise, pois atuou como analista ambiental na Companhia Paranaense de Energia e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) antes de ingressar na Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Com sólido conhecimento da prática do licenciamento ambiental, a discente agregou conhecimento teórico e análise de dados para a elaboração de uma avaliação *ex ante* sobre os potenciais impactos da medida proposta, a fim de traçar um prognóstico do cenário advindo de sua aplicação. Considerando que o processo de elaboração de proposições legislativas deve prever a adequada delimitação do problema e a avaliação prévia dos impactos da solução proposta, o trabalho é um elemento crucial para gerar uma legislação equilibrada e ciente de suas consequências para as políticas públicas da área ambiental.
- **PLENÁRIOS AO VIVO NOS PARLAMENTOS AMERICANOS:** transparência, publicidade e estímulo à accountability - mais uma vez, partindo da prática profissional, a discente foi capaz de identificar uma lacuna de conhecimento necessário para o aprimoramento da comunicação pública da Câmara dos Deputados em suas vertentes de transparência, publicidade e accountability. Atuando na cobertura das votações no Plenário da Casa, a discente conduzia, ao vivo, na TV e na Rádio Câmara, explicações sobre o conteúdo das propostas em apreciação. Conhecendo e sendo parte do modelo de comunicação pública adotado pela Câmara, decidiu expandir seu referencial teórico e comparativo para investigar o uso das transmissões ao vivo pelos parlamentos nacionais dos países do continente americano. Com o mapeamento inédito, a discente inovou ao também relacionar como as transmissões se encaixam na política de abertura do Legislativo de cada país aos seus cidadãos. Além da importância para os estudos legislativos, o TCC buscou identificar boas práticas nas transmissões das atividades de Plenário que fossem profícuas para o fortalecimento democrático dos parlamentos.

PERFIL DOS PROFESSORES

Tabela 7: Principais indicadores – perfil dos professores
2005 - 2020

Quantidade de professores que ministraram aulas nos cursos próprios (2005-2020)	102
Professores do Mestrado (2020)	22
Professores servidores da Câmara - cursos próprios de especialização (2005-2020)	82%
Professores mestre ou doutor - cursos próprios de especialização (2005-2020)	80%

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

Nos cursos próprios, tanto em nível *lato sensu* quanto *stricto sensu*, 102 professores ministraram aulas até o final de 2020.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro de 22 professores, sendo 17 permanentes e 5 colaboradores, que formaram o grupo inicial de constituição do curso ou

foram selecionados por meio de processo seletivo interno. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e possuem titulação de doutor ou pós-doutor em diversas áreas, tais como Ciência Política, Ciência da Informação, Sociologia, Direito, entre outras. O conjunto de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte *expertise* profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

Um dos pontos fortes do Mestrado é o fato de haver docentes permanentes dedicados integralmente ao Programa e, ao mesmo tempo, atuando nas diversas áreas da Casa e em contato direto com os temas relacionados às linhas de pesquisa do curso. A totalidade dos docentes do Mestrado atua e tem experiência em assessoria à instituição Câmara dos Deputados, seja na área de consultoria legislativa, na alta administração da Casa ou em setores ligados às suas áreas de pesquisa e formação. Também possuem vivência em instituições governamentais e não-governamentais e em apoio a associações científicas.

Destaca-se, por fim, que 100% dos docentes do Mestrado têm experiência como coordenadores ou integrantes de projetos de pesquisa com estreita relação com as linhas de pesquisa às quais integram, sendo que 92% atuaram ou atuam em projetos financiados pela Câmara dos Deputados ou instituições como European Research Council, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

No grupo de professores dos cursos próprios de especialização, 81 (82%) são servidores da Câmara dos Deputados e 18 (18%) de outras instituições. Dos professores da Casa, 96% são servidores efetivos e o restante são ocupantes de cargos de livre nomeação. Os professores de outras instituições que atuam nos cursos de especialização são, em sua maioria, oriundos da UnB, Senado, TCU, Unieuro e do Uniceub.

O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, conforme ilustra a Tabela 8, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 80% nos cursos próprios de especialização, superando em muito a exigência do MEC para a modalidade *lato sensu* que é de, pelo menos, 30% de professores com essas titulações.

Tabela 8: Titulação dos professores dos cursos de especialização
2005 – 2020

Professores da Especialização	Quant.	%	
Doutor	40	40%	} 80%
Mestre	39	40%	
Especialista	20	20%	

Os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada, destacando-se aqueles que obtiveram titulação e especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo (2 docentes), no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes).

PRODUÇÃO DOCENTE

A avaliação do desempenho do corpo docente abrange as dimensões da produção técnico-científica, da docência e da orientação. A dinâmica consiste na verificação e pontuação da produção lançada no Currículo Lattes, cujo monitoramento se dá por meio da ferramenta Extrato Lattes, que consolida os indicadores de desempenho.

O acompanhamento da produção é feito de forma sistemática, por meio da geração periódica dos extratos, que são enviados quadrimestralmente ao corpo docente e anualmente

para alunos regulares e egressos. Ao enviar os extratos, a Coordenação enfatiza os pontos relevantes estabelecidos nas diretrizes de avaliação quadrienal da Capes e nos documentos da Área de Ciência Política e Relações Internacionais - CP&RI. Esse processo estimula o preenchimento periódico dos currículos Lattes, mantendo-os atualizados.

O Extrato Lattes é uma ferramenta desenvolvida internamente e traz informações sobre as linhas de pesquisa, a produção bibliográfica de artigos e livros, produção técnica, orientações em andamento, orientações concluídas, participação em bancas, projetos de pesquisa, colaboração técnica e disciplinas ministradas no Programa.

O acompanhamento da produção pelo Extrato Lattes também orienta o recredenciamento e reenquadramento do corpo docente como professores permanentes e colaboradores, com critérios estabelecidos em regulamento próprio. Ao final do segundo ano de cada quadriênio, efetua-se o reenquadramento, que consiste em classificar como permanentes, no mínimo, 70% (a ser alterado para 60%) dos docentes mais bem classificados, ficando, os demais, automaticamente enquadrados como colaboradores. Ao final do quadriênio, nova avaliação é efetuada com vistas não somente ao reenquadramento, mas, também, ao recredenciamento dos docentes, levando em conta a produção de todo o quadriênio.

A produção intelectual dos docentes durante o ano de 2020 foi vasta. Além de várias publicações técnicas, destacam-se as seguintes produções bibliográficas:

- 150 TERMOS PARA ENTENDER POLÍTICA – Livro de autoria dos Profs. André Rehbein Sathler Guimarães e Malena Rehbein Rodrigues Sathler.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – Livro de autoria da Profª Giovana Dal Bianco Perlin.
- O DEBATE PARLAMENTAR SOBRE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO – Artigo de autoria do Prof. Antonio Teixeira de Barros.
- DISTANCIAMENTO SOCIAL E O ACHATAMENTO DAS CURVAS DE MORTALIDADE POR COVID-19: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E EPICENTROS DA PANDEMIA – Artigo de autoria do Prof. Fabiano Peruzzo Schwartz, coordenador do Programa.
- CORRUPÇÃO E SUCESSO LEGISLATIVO: POSSÍVEIS REFLEXOS DO MENSALÃO E DA LAVA JATO NA CONVERSÃO DE PROPOSIÇÕES EM NORMAS JURÍDICAS – Artigo de autoria dos Profs. Fabiano Peruzzo Schwartz e João Luiz Pereira Marciano.
- QUEM SÃO E O QUE FAZEM AS EMPRESAS BRASILEIRAS? ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES DE MISSÃO – Artigo de autoria do Prof. Roberto Campos da Rocha Miranda.

Cabe destacar atuações relevantes de docentes que contribuem para a inserção nacional, regional e local do Programa:

- Cláudia Regina Fonseca Lemos é presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública;
- O coordenador do Programa de Mestrado, Fabiano Peruzzo Schwartz, compôs o grupo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs) de CP&RI/Capes nos anos de 2018, 2019 e 2020;
- Valerio Augusto Soares de Medeiros é membro da Câmara de Assessoramento Científico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) na grande área de Ciências Sociais Aplicadas desde 2016;
- Roberto Campos da Rocha Miranda integra o comitê assessor da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp);
- Antonio Teixeira de Barros integra o comitê assessor da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO (GPEs)

Tabela 9: Principais indicadores – GPEs
2020

Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2020)	12
Pesquisadores membros dos GPEs (2019)	79

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabelece regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisas relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo. Em consonância com o programa de Mestrado, as pesquisas são aderentes às seguintes linhas: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Os GPEs passam por um processo de reestruturação no acompanhamento de suas atividades, visando maior eficiência organizacional e otimização da produtividade. Nesse sentido, os 12 grupos ativos foram institucionalizados por meio de credenciamento no Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq e classificação na categoria “permanente”. São credenciados os GPEs ativos cuja coordenação estiver a cargo de servidor Doutor e cuja produção for comprovada por publicação científica.

Abaixo, a relação de GPEs ativos no Programa:

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise. Coordenação: Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9712095383739020>).
- Gestão de Pessoas, Informação e Conhecimento. Coordenação: Prof. Dr. Roberto Campos da Rocha Miranda, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1315334382822346>).
- Interfaces Contemporâneas da Política de Informação. Coordenação: Prof. Dr. Terezinha Elisabeth da Silva, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4452777451319667>).
- O Poder do Espaço: variáveis espaciais em Casas Legislativas. Coordenação: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/588906>).
- Discursos e projetos de mudança social. Coordenação: Prof. Dr. Júlio Roberto de Souza Pinto, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3030865843203535>).
- Gênero e Representação Política. Coordenação: Prof. Dr. Giovana Dal Bianco Perlin, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607166>).

- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil. Coordenação: Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9741799695481463>).
- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros. Coordenação: Prof. Dr. Cristiane Brum Bernardes, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9835559732655060>).
- Parlamento Digital. Coordenação: Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8349790852090039>).
- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social. Coordenação: Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros, docente permanente. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4854827803749216>).
- Afetos e Política: o lugar dos afetos e dos desejos na ação política e no funcionamento das instituições políticas. Coordenação: Dr. Mauricio Suhett Spinola. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607351>).
- Comunicação na Câmara dos Deputados: perspectivas após 20 anos de mídias. Coordenação: Prof. Dr. Cláudia Regina Fonseca Lemos (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1980519706474298>)

Em novembro de 2020, a pesquisa no contexto dos GPEs ganhou a possibilidade de reforço da participação de alunos de graduação com a aprovação do Regulamento do Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC).

O PIC tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do pensamento científico, com uso da investigação e pesquisa acadêmico-científica, desenvolvida por alunos de graduação junto a docentes. Assim, serão selecionados projetos de pesquisa coordenados por docentes do Programa de Pós-Graduação que estejam alinhados com as linhas de pesquisa do Mestrado e com as demandas estratégicas da Casa. Os bolsistas receberão apoio para a aprendizagem de métodos e técnicas de pesquisa, além de acesso a livros e periódicos da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Ao final da bolsa, deverão apresentar o resultado de seu trabalho na Jornada de Pesquisa e Extensão do Programa ou eventos do gênero. Assim, a pesquisa acadêmica se fortalece e o Programa atua de forma ativa em ligação com a graduação para impactar a sociedade de forma positiva.

EXTENSÃO

A extensão objetiva atingir mais diretamente a sociedade e consiste na difusão dos resultados das ações de ensino e pesquisa gerados no Programa. Realiza-se pela edição de publicações como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, oportunidades de educação legislativa e eventos de disseminação científica para a comunidade interessada.

Por ser um Programa voltado para o estudo do Poder Legislativo, o conhecimento produzido está diretamente vinculado às ações de extensão, seja por meio do impacto das pesquisas realizadas, seja por meio da participação ativa de docentes, discentes e pesquisadores na atividade política, administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Também o acesso facilitado a veículos como Rádio e TV Câmara contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos.

Visando à divulgação dos trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação, em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital (<https://bd.camara.leg.br/bd/>). Lá,

são publicados segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o banco de trabalhos de conclusão de curso.

Em 2020, o Cefor passou a utilizar a licença Creative Commons (CC) na modalidade “5: Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa)” nos conteúdos disponibilizados no âmbito de atuação do Centro. A partir da adoção dessa licença, é concedida permissão para que terceiros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor, bem como licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Dessa forma, além de proporcionar gerenciamento ágil e flexível de direitos autorais do material educacional produzido no Cefor, atua-se na democratização do conhecimento e na difusão da atividade do Legislativo, de maneira a contribuir para a valorização da democracia.

REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

Tabela 10: Principais indicadores – E-Legis
2008 – 2020

Edições da Revista E-Legis (2008-2020)	36
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2020)	279
Edições da Revista E-Legis (2020)	3
Artigos publicados na Revista E-Legis (2020)	29

Quanto às publicações, destaca-se a Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo, abrindo espaço para artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis é classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa qualificação reforça a relevância da Revista e gera a perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A E-Legis está indexada na base de dados Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online).

Diante do crescimento e da consolidação da revista E-Legis, e visando alcançar maior internacionalização e visibilidade, está disponível a publicação de versões trilingües (português, inglês e espanhol), incluindo os volumes publicados a partir de 2017. Em 2020 foi

feita a aquisição do DOI (Digital Object Identifier) para todos os artigos já publicados, aumentando a inserção internacional da Revista e do Programa.

Em 2020 a Revista eletrônica E-Legis alcançou seu 33º número regular, que somados às três edições especiais, totaliza 36 edições da revista, com 279 artigos.

EVENTOS

Tabela 11: Principais indicadores - eventos
2020

Eventos realizados pelo Programa (2020)	8
Público estimado (2020)	1.088

No ano de 2020, os eventos ganharam a plataforma online, possibilitando o acesso ao vivo e a gravação no canal do Youtube do Cefor (<https://www.youtube.com/user/ceforcdvideos>).

O Programa promove com regularidade o Ciclo de Palestras, que se configura em atividades periódicas com o objetivo de levar a alunos, professores e ao público em geral informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgar estudos e possibilidades de atuação diversas das tratadas em sala de aula. Em 2020 foi promovida uma palestra em ambiente virtual e transmissão ao vivo (*live*) com 85 visualizações.

Há também o Ciclo de Oficinas – novos olhares a partir de diferentes práticas – que são cursos para aprimoramento dos trabalhos de pesquisa de alunos do Mestrado. Foram realizadas quatro oficinas virtuais durante o ano de 2020, com o total de 84 inscritos.

Destacaram-se as duas aulas inaugurais realizadas em 2020. A primeira teve como tema “Políticos outsiders na Câmara dos Deputados: trajetórias de carreira e capitais sociais”, proferida pelo Prof. Dr. Adriano Codato, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A do segundo semestre abordou o tema “Programas profissionais *stricto sensu* em Ciência Política: desafios ante os cenários nacional e internacional”, com a condução do Prof. Dr. William de Sousa Moreira, docente da Escola de Guerra Naval (EGN).

O evento Ampliar é uma rede de alunos regulares, professores e egressos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, com o objetivo de expandir laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados. Busca, ainda, propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo. Para tanto, foi criado perfil institucional na rede social LinkedIn para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas (<https://br.linkedin.com/school/pós-graduação-câmara-dos-deputados/>). Em um encontro em ambiente virtual com transmissão ao vivo (*live*) em dois dias, deu visibilidade e voz aos egressos do Mestrado em duas mesas de discussão. A primeira foi sobre o tema "Mestrado Profissional: temáticas e metodologias adequadas contribuindo para a instituição e a sociedade", com apresentação de três alunos que concluíram seus trabalhos em 2020. A segunda mesa teve como tema "Mestrado Profissional em Poder Legislativo - os impactos em minha vida acadêmica e profissional" e foi conduzida por três egressos de turmas anteriores.

A Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação, é um evento voltado à discussão de ideias a respeito do Parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa, bem como a produção oriunda de outros órgãos parceiros e demais pesquisadores. Devido à pandemia da Covid-19, a edição prevista para se realizar em 2020 foi adiada para julho 2021 e será promovida em parceria com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) juntamente com o Simpósio Interdisciplinar Sobre o Sistema Político Brasileiro.

O Programa buscou promover acessibilidade e diversificar as formas de visibilidade das ações desenvolvidas. Parceria entre o Cefor e o Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados tem resultado na transcrição de palestras, facilitando assim o acesso ao conteúdo e mantendo o registro dos eventos em diferentes formatos. Em 2020, foram disponibilizados os textos das palestras “Políticos outsiders na Câmara dos Deputados: trajetórias de carreira e capitais sociais” (aula inaugural do 1º semestre) e “Ciência, Aplicação e Divulgação”, conduzido pelo docente do Mestrado André Sathler (Evento Ampliar 2019) no site da Escola Virtual de Cidadania.

Em paralelo, o canal no Youtube do Cefor passou por reformulação. Todos os vídeos relacionados a eventos do Programa, como Jornadas de Pesquisa e Extensão, Ciclo de Palestras e Ampliar, foram compilados em uma única playlist. Em 2020, o canal do Cefor dobrou o número de inscritos (atualmente com mais de 2.100), atingiu 342 vídeos publicados e superou as 107.000 visualizações.